

Acordo rápido exige gesto de Bush

Teodomiro Braga
Correspondente

NOVA IORQUE — O governo brasileiro decidiu pedir a intervenção americana na renegociação da dívida externa com os bancos credores privados para tentar apressar o fechamento do acordo, impedindo que o problema se arraste até 1992 sem solução, explicou o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek. "O tempo atua contra nós e, por isso, quanto mais rápido fechar o acordo, melhor", disse. "O passar do tempo não ajuda o equacionamento de questões importantes condicionadas ao fechamento do acordo com os bancos, como a melhoria do comércio externo e o aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil".

A meta brasileira é assinar o acordo com os bancos antes do final do ano, com a ajuda de um gesto político do presidente George Bush para que os bancos assumam uma posição mais flexível nas negociações. Segundo Rezek, os ban-

queiros receberam com naturalidade a resposta negativa do presidente Collor à contraproposta, pois já esperavam essa reação. A retomada das conversações depende da volta aos EUA do negociador-chefe da dívida, Pedro Malan, que está em Brasília.

"O acordo seria fechado mesmo sem a intervenção americana, pois o impasse não interessa a nenhuma das partes, mas com a manifestação de interesse americano o processo certamente será muito mais rápido", acredita o chanceler, que ficará até sexta-feira em Nova Iorque. Até lá, deverá falar por telefone com o secretário de Estado, James Baker, para discussão dos problemas do Suriname, como ficou acertado no encontro entre Collor e Bush. Rezek disse que, conforme a receptividade de Baker, abordará também a questão da dívida externa.

A forma da participação americana resultará de gestões diplomáticas que serão comandadas, do lado brasileiro, pelo embaixador Rubens Ricupero, e também Pedro Malan. Não se pensa numa inte-

venção americana tão ostensiva como no caso do México, em 1990, quando o acordo foi definido numa reunião em Washington.

A contraproposta dos bancos inclui a aceitação da proposta brasileira de criação de cinco diferentes bônus para conversão da dívida de médio e longo prazos, no valor de US\$ 50 bilhões. Os bancos sugeriram, porém, modificações nas condições do plano, como inclusão de garantias para pagamento dos juros, do principal da dívida e prazos menores. Representantes dos credores não estranharam o pedido de Collor a Bush: desde o início da negociação, eles consultam autoridades americanas.

"Se os bancos tinham a expectativa de que sua contraproposta seria aceita, tiveram a resposta no pronunciamento do presidente", diz o integrante da equipe brasileira. "Mas certamente não tinham essa esperança, da mesma forma que também não esperávamos que nossa proposta inicial fosse aceita. Agora é que a negociação começou para valer".